



XLV ENCONTRO DO COPEDEM
Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da
Magistratura

CARTA DE RECIFE

O COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA, reunido na cidade de Recife - PE, entre os dias 27 e 29 de abril de 2017, com foco no nos **"O Estado, a Sociedade e a Crise do Sistema Prisional: Contribuição das Escolas Judiciais e da Magistratura para melhoria dos Métodos de Ressocialização e de Execução Penal"**, deliberou:

1. Para o aprimoramento do juízo de execução, as Escolas Judiciais e de Magistratura devem realizar cursos e seminários sobre a metodologia desenvolvida nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) do Estado de Minas Gerais.
2. O princípio da dignidade da pessoa humana tem como destinatário todas as pessoas, incluindo-se os presos e condenados pela Justiça, aos quais são vedadas penas cruéis, cuja integridade física e moral merecem o devido respeito por parte dos agentes dos Poderes Públicos;
3. As Escolas Judiciais e de Magistratura devem estimular os Magistrados a interagir intensa e a assiduamente dentro das comunidades onde exercem as suas jurisdições, por meio da promoção de encontros cívicos com os jovens, afim de que sejam alertados e advertidos dos riscos da delinquência, e os adultos sensibilizados para agirem com integridade e honra;
4. Cumpre às Escolas Judiciais e da Magistratura, com o apoio dos Tribunais de Justiça, oferecer formação continuada em nível de Pós-graduação *Stricto Sensu*, em parceria com universidades nacionais ou internacionais, que busquem o aperfeiçoamento de seus magistrados, preferencialmente sem o afastamento de suas atividades judicantes, possibilitando o estudo do Direito Comparado, e atualização da doutrina jurídica nacional e aquisição de novas experiências a serem aplicadas no Brasil; Oferecer, de igual modo, cursos de aperfeiçoamento em criminologia, execução penal e em Estado de Direito e combate à corrupção;
5. É indispensável dotar o Juízo de Execução Penal de uma estrutura organizacional compatível com o que dela se deve exigir: planejar suas ações, pesquisar, documentar, elaborar estudos e pesquisas criminológicas; acompanhar o desenvolvimento de cada sentenciado; apresentar estudos e alternativas para a implementação de uma política criminal e penitenciária; instituir, em articulação com o executivo e instituições públicas ou privadas, programas educativos e profissionalizantes; implementar e apoiar os conselhos da comunidade; enfim, gerar e garantir recursos para a consecução do seu objetivo maior: devolver o sentenciado ao convívio social em condições de agir segundo a ordem legal, capacitando-o para o trabalho lícito e sustento familiar;

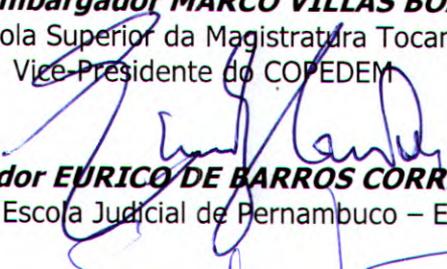


6. Transformar a doação de sangue como prestação social alternativa e adotá-la nas infrações de menor e médio potencial ofensivo.
7. Ao condenado que progredir de regime semi-aberto para o aberto, oferecer-lhe proposta de doação de órgãos quando falecer e, de imediato, cadastrar-se para ser doador de medula;
8. Conclamar os tribunais a investirem em informatização das Varas de Execução Penal, para garantir a duração razoável do processo;

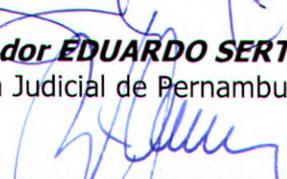
Recife - PE, 28 de abril de 2017.


Desembargador ANTONIO RULLI JUNIOR
Presidente do COPEDEM

Desembargador MARCO VILLAS BOAS
Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense - ESMAT
Vice-Presidente do COPEDEM


Desembargador EURICO DE BARROS CORREIA FILHO
Diretor da Escola Judicial de Pernambuco – EJUD-PE

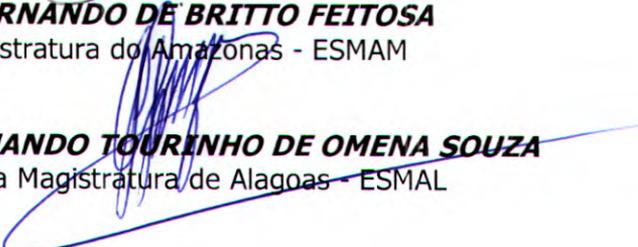
Desembargador EDUARDO SERTÓRIO
Vice-Diretor da Escola Judicial de Pernambuco – EJUD-PE


Desembargador RUY CELSO FLORENCE BARBOSA
Membro do Conselho Consultivo do COPEDEM


Juiz MARCELO CAVALCANTI PIRAGIBE MAGALHÃES
Membro do Conselho Consultivo do COPEDEM
Presidente da Escola Nacional da Magistratura – ENM-AMB


Desembargador ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA
Diretor da Escola da Magistratura do Amazonas - ESMAM


Juiz PAULO FERNANDO DE BRITTO FEITOSA
Escola da Magistratura do Amazonas - ESMAM


Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA
Escola Superior da Magistratura de Alagoas - ESMAL



Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO

Escola Judicial do Amapá - EJUD-AP

Desembargador JOÃO GUIHERME MENDES

Diretor da Escola Judicial do Amapá - EJUD-AP

Desembargador GEORGE LOPES LEITE

Diretor da Escola de Formação Judiciária do TJDF - Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro

Juiz JERONIMO PEDRO VILLAS BOAS

Vice-diretor da Escola da Magistratura do Estado de Goiás - ESMEG

Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM

Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA

Diretora da Escola Superior da Magistratura do Estado do Mato Grosso - ESMAGIS

Desembargador CAETANO LEVI LOPES

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJDEF

Juíza LISANDRE BORGES FORTES DA COSTA FIGUEIRA

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJDEF

Desembargador JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO

Diretor da Escola da Magistratura do Paraná - EMAP

Desembargador MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Diretor da Escola Superior da Magistratura da Paraíba - ESMA-PB

Desembargadora MARIA DAS GRAÇA MORAIS GUEDES

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE-PB

Juíza MICHELINE DE OLIVEIRA DANTAS JATOBÁ

Membro do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE-PB

Desembargador FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS



Escola Judicial de Pernambuco – EJUD-PE

Desembargador FERNANDO LOPES E SILVA NETO

Diretor da Escola Judicial do Estado do Piauí – EJUD-PI

Desembargador JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

Vice-Diretor da Escola Judicial do Estado do Piauí – EJUD-PI

Juiz THIAGO ALELUIA FERREIRA DE OLIVEIRA

Voce-Diretor Escola Superior da Magistratura do Piauí - ESMEPI

Desembargador RICARDO RODRIGUES CARDOZO

Diretor da Escola Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ

Juiz LUIZ MÁRCIO VICTOR ALVES PEREIRA

Vice-Diretor da Escola Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ

Desembargador CLAUDIO LUIZ MARTINEWSKI

Diretor da Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul - AJURIS

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI

Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional de Rondônia

Desembargador LUIZ CÉZAR MEDEIROS

Diretor da Academia Judicial de Santa Catarina - AJSC

Juíza ANDRÉIA REGIS VAZ

Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – ESMESC

Desembargador ANTONIO CARLOS VILLEN

Diretor da Escola Paulista da Magistratura - EPM